



ATAS

Folha 44

Ata 99

Aos vinte e nove dias de março de dois mil e vinte e três, pelas dezanove horas, reuniu-se na Sede Nacional da Federação bem como por videoconferência a Assembleia Geral Ordinária com um único ponto de agenda:

Ponto único: Apreciação, discussão e votação do Relatório e Contas de 2022.

Após as boas vindas à Assembleia o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da FPC para que este pudesse apresentar o Relatório e Contas de 2022 atempadamente enviado aos Delegados à Assembleia Geral.

Depois de ter apresentado as informações e conclusões gerais sobre o exercício de 2022, plasmado no Relatório, com a autorização do Presidente da Mesa, convidou o Dr. Nuno Fonte, em representação do Fiscal Único da FPC. para apresentar informação detalhada da análise financeira apresentada no Relatório de Contas.

Foi, de seguida, dada oportunidade aos delegados presentes para apresentarem as suas questões ou dúvidas para o seu respetivo esclarecimento, tendo sido dados esclarecimento cabais a questões que foram colocadas.

Foi colocado o Relatório e Contas de 2022 à votação da Assembleia tendo sido aprovado por unanimidade.

A Assembleia tomou conhecimento e não colocou qualquer pedido de esclarecimento sobre o Parecer do Conselho Fiscal, enviado anexado ao RA&C juntamente com a Certificação Legal das Contas, e cuja leitura dispensou.

Já depois da aprovação do RA&C pediu o Presidente da FPC que permitisse serem corrigidos dois dados no momento reparados como incorretos e que contribuiriam para a exatidão do RA&C ora aprovado, a saber:

1. Página sete último parágrafo:

Onde se lê: "O Campeonato Europeu de Corfebol Sub-15 de 2022, teve lugar em Skalka pri Kremnici, na Eslováquia, de 15 a 16 de julho de 2022. A comitiva que participou com duas equipas no torneio, sagrou-se 5º classificado." deve ler-se "... 4º classificado."

2. Página dez, décima linha:

Onde se lê: "Inscreveram-se 28 equipas ..." deve ler-se "Inscreveram-se 39 equipas ..."

o que foi prontamente aprovado, também pela unanimidade da Assembleia.

Inquiridos delegados se haveria algum assunto de interesse geral que ainda quisessem debater, tal não se verificou, pelo que foi dada como encerrada a Assembleia Geral e não havendo mais nada a declarar foi exarada a presente ata que vai por mim assinada.

Mário Santos
Presidente



Relatório da Atividade

e

Contas

Exercício 2022



Relatório da Atividade



INTRODUÇÃO

A Federação Portuguesa de Corfebol apresentou candidaturas a financiamento público em várias áreas da atividade associativa desportiva, de que resultam os Contratos Programas assinados com o Instituto Português do Desporto e Juventude:

- Contrato Programa de Atividades Regulares e Seleções Nacionais
- Contrato Programa de Formação de Recursos Humanos
- Contrato Programa da Ética
- Contrato Programa do Desporto para Todos

O esforço levado a cabo no desenvolvimento do Corfebol, ao longo destes últimos anos, tem assentado numa assinalável de resiliência da reduzida estrutura do FPC perante a contínua necessidade de manter inúmeras atividades de desenvolvimento em paralelo com a atividade competitiva.

Registam-se evidentes constrangimentos na programação de atividades e sustentabilidade financeira dos projetos, dando clara prioridade em torno de projetos estruturantes, salvaguardando ao limite o equilíbrio financeiro da Federação.

Contribuíram para a pressão sobre a despesa a atividade competitiva internacional, com a escalada de custos especulativos impostos para o transporte e logística das seleções nacionais e por esse exigiu um esforço de financiamento na banca para acorrer a pagamentos precoces pedidos pela IKF, pelos organizadores dos torneios e campeonatos e também pelas transportadoras aéreas, fazendo concentrar o volume principal da despesa na primeira metade do exercício.

Este dever de representação internacional, substância fundacional da Utilidade Pública Desportiva, contas feitas, correspondeu a um enorme encargo para a Federação, mas que em contrapartida contribuiu para o prestígio do nosso corfebol e dos atletas portugueses em particular, sendo hoje bandeira de apresentação do Corfebol em todas as iniciativas de desenvolvimento e sessões públicas de intervenção.

A FPC, em paralelo, reforçou o seu foco nos projetos e missões de desenvolvimento do Corfebol nacional, em especial na especialização dos seus quadros competitivos, enquanto visando

1. Promover o Corfebol e o valor social das suas características desportivas e co-educacionais;
2. Contribuir para o desenvolvimento do movimento associativo através de medidas que responderam eficientemente às múltiplas oportunidades, com que nos deparamos;
3. Gerir e planear de uma forma criteriosa, objetiva e sustentável as múltiplas ações com vista ao desenvolvimento do Corfebol no país;
4. Envolver parceiros externos que qualificam e potenciam o nosso programa de ação;
5. Granjear o respeito das entidades de governo, autarquias, parceiros desportivos nacionais e internacionais;



6. Amplificar o retorno do investimento em torno da modalidade.

Deste modo, todos os projetos e ações apresentados neste Relatório de Atividades visaram alcançar os objetivos gerais por que pugnamos: o desenvolvimento e visibilidade do Corfebol.

POLÍTICA INSTITUCIONAL

O decurso de anos de gestão da Federação tem relevado a importância de iniciativas do foro institucional que eleve a discussão e atenção sobre as características específicas e únicas da modalidade a esferas da vida social e política que não estão no trajeto natural da atividade desportiva.

São disso exemplo a insistente e persistente iniciativa de contacto com as autarquias locais, quer os seus órgãos quer as suas divisões orgânicas, seja pela atividade desportiva seja pelas iniciativas ligadas às academias e desporto nas escolas seja no desenvolvimento da disciplina adaptada.

Pontos habituais da relação com a FPC são os vereadores e suas divisões de desporto, educação e ação social.

QUADRO COMPETITIVO NACIONAL

O exercício anual incluiu no último trimestre a realização da grande final anual da Época Desportiva de 2021-2022 - a SUPER TAÇA MÁRIO GODINHO - sempre pavilhão cheio e antecedendo o fim de semana seguinte de arranque da época seguinte - 2022-2023.

A época começou mais cedo do que o habitual, na medida em que não fez parte do calendário qualquer grande competição internacional sénior durante o mês de outubro - Campeonato da Europa ou do mundo - e para permitir que, pressupondo os compromissos internacionais, o quadro competitivo oficial termine mais cedo - meados de maio 2023.

Conseguimos atingir os objetivos estabelecidos para o projeto.

- **Competições Jovens** - Os campeonatos nacionais de jovens decorreram com base em torneios mensais agendados a partir de início de dezembro de 2021, e que ditarão os respetivos campeões nacionais. Cada equipa mediante a classificação obtida em cada um dos torneios realizados recebeu uma determinada pontuação cujo resultado consolidado final ditará os vencedores destas competições.
- **Campeonato Nacional de Corfebol de Praia** - Em 2022 realizou-se também o Campeonato Nacional de Corfebol de Praia, subsequente à Final4 da Taça de Portugal. Foi objetivo da FPC levar este ao Porto em parceria com a Câmara Municipal através da sua empresa municipal Ágora, sendo composta por duas divisões (1ª e 2ª Divisões).
- **Supertaça Mário Godinho** - A época encerrou antes do início da época 2021/2022 com a 7ª edição da Supertaça Mário Godinho, no Pavilhão dos Esteiros da Faculdade de Motricidade Humana. A taça, residente na FMH, anteriormente titulada pelo NCB (2014, 2015, 2016, 2018 e 2019) e CCCD (2017), foi simbolicamente entregue pelo Vice-Presidente da Faculdade e no pavilhão que viu nascer o Corfebol há mais de 30 anos.



Competição

A competição desportiva, decorreu nos seguintes escalões:

- Torneios jovens:
 - CN Infantis A e B/ CN Iniciados - Foram realizados 5 torneios de cada um.
 - CN Juvenis – Foram realizados 4 torneios.
 - CN Juvenis – Foram realizados 4 torneios.
- Competições Sénior envolvendo mais de 220 jogos:
 - CN 1ª e 2ª Divisão – Fase Regular (todas as equipas entre a si a quatro voltas) e Fase Final (Playoff), com encontros disputados à melhor de três jogos.
 - CN 3ª Divisão – Fase Regular (todas as equipas entre a si a quatro voltas) e Fase Final (Playoff), com encontros disputados à melhor de três jogos.
 - Taça de Portugal, envolvendo 18 jogos
 - Eliminatórias de sorteio puro, sem condicionante
 - Final 4 - fase final da prova (meias finais e final)
 - Campeonato Nacional de Corfebol de Praia 1ª e 2ª divisões – jornada concentrada no Porto
 - Supertaça Mário Godinho, como primeiro jogo antes do arranque da época desportiva 2022-2023.

Desenvolvimento do Norte litoral

Fortemente condicionado pelas paragens devido à pandemia o desenvolvimento apoiado logisticamente na Delegação do Porto da FPC, cito na Casa do Desporto, mantém-se na expectativa de uma retoma que permita tirar partido das ações do Desporto Escolar, nomeadamente na Formação Nacional de Professores

1. explorar as expectativas de arranque na cidade de Guimarães
2. apoiar os desenvolvimentos em Coimbra, para dotar a região com as competências técnicas mínimas indispensáveis e o arranque de clubes.
3. fortalecer a relação e atividade com a ANDDI que tem uma forte influência no desporto adaptado, nacional e em particular no Norte

Durante o período recente e quando já se adivinhavam os primeiros momentos de descongestionamento pandémico, a Federação levou a cabo um esforço significativo no sentido de equipar com apetrechamento desportivo de Corfebol em Coimbra, o Clube União 1919, o Agrupamento de Escolas Coimbra Sul e a EB23 Eugénio de Castro.

Coordenação no Distrito de Setúbal

A margem Sul do Tejo, enquadrada no Distrito de Setúbal, registou um desenvolvimento significativo que se caracteriza pelo registo de novos clubes e de grupos-equipa criando condições para um trabalho orientado para alavancar esta presença através de ações de desenvolvimento e visibilidade.



Recentes contatos entre a FPC e a Câmara Municipal de Almada deixam adivinhar boas expectativas que obviamente dependem do retomar de atividades desportivas e associativas pós pandemia.

Transmissões de jogos e comunicação

Este ano reforçou-se a aposta da FPC na divulgação e potencialização das diversas competições nacionais e internacionais:

- Transmissão de todos os jogos do CN 1ª Divisão via streaming e melhores jogos de cada ronda da Taça de Portugal.
- Divulgação semanal de todos os jogos/torneios – Horários e Locais nas redes oficiais da FPC (site, Facebook e Instagram);
- Remodelação do site da FP Corfebol;
- Divulgação de todos os conteúdos competitivos de forma mais eficaz e mais célere – resultados, classificações, marcadores, disciplina e fichas de jogo;
- Modernização e automatização da ficha de jogo

DESPORTO ESCOLAR

No que concerne ao desporto escolar, após termos conseguido em 2022 duplicar o número de grupos equipas nas escolas do país (de 16 para 31); e depois dos dois anos de interrupção causados pela pandemia, a parceria com o Desporto Escolar (DE/DGE) tem-se mantido inativa no apoio na formação de professores, tendo mesmo o Corfebol deixado de participar na Semana Nacional da Formação de Professores.

A justificação que tem sido dada tem sido a falta de recursos económicos que o DE dispõe para apoiar o número cada vez maior de federações.

Em 2023, a Semana Nacional da Formação de Professores será realizada em Viana do Castelo, capital europeia do desporto neste ano e foram escolhidas as federações de desportos náuticos, tendo ficado muitas federações excluídas da participação.

Já foi solicitada uma reunião com o Coordenador do Desporto Escolar na DGE; Rui de Carvalho, para melhor elucidação desta situação tendo em vista que o Corfebol pelas suas características peculiares, não apenas aumenta o número de mulheres no desporto que tanto tem vindo a preocupar os nossos governantes, mas também potencia os valores éticos de inclusão, integridade e de fair play.

Até à data ainda não obtivemos qualquer resposta.

REPRESENTAÇÃO INTERNACIONAL

A preparação e estágios das várias seleções nacionais confronta-se com uma enorme e muita das vezes inultrapassável indisponibilidade de pavilhões.

Relativamente à participação nas competições a situação inflacionária na logística de transportes e acomodações colocou um enorme desafio na organização das viagens das seleções dos vários escalões e que teve como principal consequência, para além da pressão financeira, as



consequências do jet-lag (enquanto fadiga causada pela alteração do ciclo circadiano) sobre a chegada na véspera da competição, redução do plantel das seleções, e opções menos recomendadas de viagem, que teve inevitável impacto nos resultados desportivos das seleções.

Este foi o caso do Campeonato do Mundo de Corfebol de Praia, que teve lugar em NADOR, tendo a seleção nacional deslocado por carrinha 19h até ao destino, chegando na véspera da competição. Foi precisa muita garra para trazer a medalha de prata de Vice-Campeões do Mundo.

Já tardiamente no ano de atividade a Federação Internacional confirmou a organização do Campeonato da Europa Sub21 na qual, apesar de não estar no calendário inicial internacional, decidimos participar, perla insistência da IKF e na sequência dos excelentes resultados que este escalão tinha vindo a obter.

Portugal logrou defender o 6º lugar do ranking mundial tendo participado em 6 competições internacionais, dos vários escalões.

Seleção Nacional Sénior

Depois da última participação em Jogos Mundiais na cidade de Cali, Colômbia 2013, Portugal competiu nos Jogos Mundiais, entre 15 a 25 de julho de 2022, em Birmingham, no estado de Alabama, Estados Unidos da América, onde se classificou no 7º lugar, perante as seleções da Alemanha, Bélgica, China, China Taipé, Países Baixos, República Checa e Suriname.

Seleção Nacional Sénior de Corfebol de Praia

Adiado de 2021, devido ao surto pandémico, Portugal participou no Campeonato do Mundo, em 19 e 20 de agosto, em Nador – Marrocos, onde se consagrou Vice-campeão do Mundo.

Seleção Nacional Sub 21

Portugal apresentou-se no Campeonato da Europa Sub 21, em Terrassa – Barcelona, entre 28 de setembro e 1 de outubro, tendo obtido o 4º lugar

Seleção Nacional Sub19

A Seleção Sub19 participou no Campeonato do Mundo 2022, entre 15 e 17 de abril, em Kutná Hora na República Checa, contrariando a tradição de se realizarem, até ao ano 2019, em Leeuwarden nos Países Baixos. Com um 6º Lugar (2019) e três 4º Lugares (2016, 2017 e 2018), Portugal conseguiu um 5º lugar.

Seleção Nacional Sub17

A Seleção Sub17 participou na Taça do Mundo em Eindhoven no início de julho.

Com um plantel jovem e em grande parte estreante internacional, Portugal classificou-se em 9º lugar.

Seleção Nacional Sub15

O Campeonato Europeu de Corfebol Sub-15 de 2022, teve lugar em Skalka pri Kremnici, na Eslováquia, de 15 a 16 de julho de 2022. A comitiva que participou com duas equipas no torneio, sagrou-se 5º classificado.



PROGRAMA NACIONAL - DESPORTO PARA TODOS

A 7ª edição do projeto foi planeada na continuidade dos anos anteriores, com a realização de momentos formativos para monitores e utentes de novas Instituições e a realização de Torneios Regionais como um Torneio Final a encerrar as atividades assim como o desenvolvimento e entrada de novas instituições nas quais se pretendiam realizar várias ações de formação e dinamização.

São destinatários das atividades em plano:

- Instituições de solidariedade social que vêm integrando o projeto desde a sua implementação em 2015, que visam promover a autonomia, o apoio social, saúde, educação e formação de forma sustentada, promovendo a inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidade na sociedade;
- Entidades governamentais (autarquias, juntas de freguesia, segurança social, etc.)

Objetivos gerais

- Promover o papel da FP Corfebol na concretização dos objetivos estabelecidos no espírito constitucional para a cultura física e desporto espelhada no artº 52 da lei 30/2004 “prática desportiva para cidadãos portadores de deficiência”.
- Contribuir para a promoção e inclusão social e integração de cidadãos com deficiência, estimulando estilos de vida saudáveis, através do desporto, combatendo o sedentarismo e doenças como a obesidade, cardiovasculares, diabetes, entre outras, melhorando a sua valorização pessoal e levando-o a aceitar as diferenças respeitando as capacidades de todos os praticantes promovendo a sua dignidade.
- Implantar, uma política de inclusão social das pessoas com deficiência, compreendida como a eliminação de barreiras físicas, psicológicas e de comunicação, promovendo as condições adequadas para garantir sua inserção real e virtual na sociedade.

Objetivos específicos

- Descrever, envolver e qualificar os agentes desportivos para a implementação dos projetos de igualdade em que a FP Corfebol está associada.
- Operacionalizar os apoios das entidades públicas e privadas para a campanha de divulgação e implementação do desporto para os cidadãos portadores de deficiência.
- Demonstrar junto das diversas Instituições as capacidades e oportunidades do Corfebol como modalidade mista, inclusiva e promotora de igualdade dos cidadãos perante o desporto e a cultura física.
- Dotar de competências os quadros técnicos de cada instituição que vão interagir com os utentes.
- Recrutar, através das iniciativas das Instituições, a comunidade dos seus clientes, independentemente da sua preparação física e experiência desportiva.
- Alargar a prática adaptada do Corfebol a todos os graus de deficiência, num princípio universal de inclusão e cidadania.



- Implementar progressivamente, um quadro competitivo, que eleve a proficiência técnica e competitiva das equipas das Instituições e dos seus atletas.
- Difundir uma cultura de inclusão procurando sensibilizar, as Instituições e o público em geral de modo a receber positivamente as pessoas com deficiência e contribuir para o combate ao preconceito e à discriminação e para a criação de um ambiente solidário.
- Desenvolver programas de capacitação e de treino de forma a otimizar as qualidades e habilidades do cidadão com deficiência no desempenho das suas atribuições.

Atividades de prática competitiva realizadas

Atividades Previstas	Data	Nº Participantes	Nº Entidades Envolvidas
Torneio fase regional Sul	24/3/2022	47	6
Torneio fase regional Lisboa	20/5/2022	118	13
Torneio fase Regional Norte	07/10/2022	52	6
Torneio fase Regional Leiria	20/10/2022	45	7
Torneio fase regional Santarém	27/10/2022	48	7
Torneio Final	10/11/2022	80	10

Atividades Não Previstas e Realizadas	Data	Nº Participantes	Nº Entidades Envolvidas
Torneio Corfebol de Praia	11/6/2022	50	8
Torneio Amigável de Corfebol	10/11/2022	40	4

Metas e objetivos

As metas e os objetivos estabelecidos para 2022 foram quase todos alcançados tendo em vista que fomentamos a prática desportiva para os cidadãos com deficiência quer do sexo M quer do sexo F contribuindo para a sua inclusão e integração.

À semelhança dos anos anteriores

- optámos por realizar as atividades em várias localizações, inclusive em territórios mais desfavorecidos, alargando a geografia de cobertura das atividades
- criámos sinergias com várias entidades quer públicas quer privadas envolvendo-os nos vários processos de desenvolvimento do programa
- reforçámos o apetrechamento de instituições, desenvolvemos vários programas de capacitação e de treino para otimizar as qualidades e habilidades de atletas e técnicos.



Tinham sido estabelecidos os seguintes objetivos para 2022:

- Inscrição de equipas – 20 a 40 equipas
- Inscrição de atletas – 200 a 500 atletas
- Realização de Torneios – 4-6
- Realização de Ações de Formação para: 5
- Formação inicial de novos técnicos: 6 -12
- Formação inicial de novos praticantes: 20-40
- Formação contínua de técnicos: 20-40
- Formação contínua de atletas: 150-200
- Apetrechamento de pavilhões nos locais das competições: 4-8
- Apetrechamento de Instituições: 15-30
- Envio do manual Corfebol Adaptado para Instituições: 2000-3000
- Envolver cerca de 3 a 5 organizações no apoio ao programa
- Envolver cerca de 10-15 voluntários

Resultados atingidos:

- Inscreveram-se 28 equipas nas fases regionais, 8 na final e Torneio amigável- 4 equipas, num total de 480 participantes.
- Foram realizados 8 Torneios: 5 regionais, 1 final, 1 Corfebol de Praia e 1 Torneio amigável;
- Foram realizados cerca de 20h em ações de formação, de sensibilização e treinos;
- Fizemos apetrechamento em 10 instituições
- O manual Corfebol Adaptado tem estado a ser enviado para escolas e Instituições de solidariedade social transmitindo as potencialidades do Corfebol e benefícios decorrentes da prática física continuada para os cidadãos com deficiência.
- Envolver 10 organizações no apoio ao programa e tivemos a participação de cerca de 20 voluntários em todas as atividades realizadas.

FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

O Departamento de Formação da FPC tem procurado ir ao encontro das necessidades dos nossos agentes desportivos, criando novas oportunidades de formação para a progressão na carreira alargando o leque de competências a desenvolver.

A FPC aposta em formações de qualidade com conteúdos pedagógicos e didáticos adaptados às várias categorias e funções possibilitando aos participantes a aquisição de novos conhecimentos, contribuindo para a melhoria do seu desempenho.

Os formadores são na sua maioria especialistas da modalidade (Professores, Treinadores e



Árbitros de Elite) que conhecem a maior parte dos formandos advindo dessa forma uma forte interação e facilidade de comunicação.

Pelos questionários recebidos formadores e formandos têm manifestado grande interesse quer pelos conteúdos, estrutura e forma como as sessões têm decorrido tendo tido na generalidade as melhores apreciações.

De forma geral tem sido manifestado um elevado nível de satisfação com as ações de formação.

Os formadores têm sido considerados bastante competentes, sendo-lhes reconhecido excelente domínio e clareza na exposição dos temas, simpatia e boa capacidade inter-relacional, gerando nos formandos forte entusiasmo e motivação, mesmo em matérias complexas e teóricas. As componentes práticas são sempre as que obtêm as classificações de excelente.

A Federação possui:

- Diretora que coordena o departamento de formação com as seguintes qualificações: Mestre em Gestão e Planeamento, Licenciatura em Estudos Europeus e Internacionais, Curso de Gestão e Coordenação da Formação com CCP-Certificado de Competências Pedagógicas, experiência profissional superior a 20 anos em funções de gestão e coordenação da formação, sendo responsável pelo planeamento, organização, promoção, acompanhamento e avaliação de todas as atividades do processo formativo no departamento de formação da FP Corfebol desde 2012;
- Corpo de Formadores:
 - professores conceituados da Faculdade de Motricidade Humana e Professores qualificados com largos anos de experiência de Corfebol integram a bolsa de formadores da Federação.
 - técnicos Internacionais da International Korfball Federation, (Coordenador IKF Playing Rules Comity, IKF Referees Comity, IKF – Dec Coach Instructor, IKF Referee Instrutors)
 - árbitros Internacionais e árbitros Nível Avançado Nacionais
 - especialistas com formação em gestão desportiva e áreas de marketing, financeiras e direito desportivo contratados de acordo com os temas da ação de formação a realizar.

O recrutamento e seleção dos formadores internos e externos é feito de acordo com as matérias de cada ação, tendo em vista a especialização de cada um dos formadores.

A análise curricular é feita com base nos seguintes critérios: habilitações académicas e conhecimentos específicos; experiência profissional e pedagógica; área de formação; interesse, motivação e disponibilidade.

No ano de 2022 foram realizadas as seguintes ações de formação:

- 1 Curso de formação de treinadores de grau II
- 3 ações de formação de 25h (acreditadas) para Professores de EF realizadas em:
 - Alverca (28 Professores)
 - Gafanha da Nazaré (30 Professores)



- Leiria (70 Professores) desdobrados em 2 turmas
- 4 Clinics de Corfebol realizados:
 - Porto
 - Barreiro
 - Loures
 - Almada
- 2 Cursos de Secretários Técnicos
- 3 Formações para árbitros

As ações de formação para agentes desportivos para pessoas com deficiência – Corfebol Adaptado, estão contempladas na candidatura ao Contrato Programa Plano Nacional Desporto para Todos.

ACTIVIDADES REALIZADAS NO ÂMBITO DA ÉTICA

O desporto foi e será sempre um enorme mobilizador de massas sendo por essa razão um importante meio para a promoção dos valores éticos e de fair play. O Corfebol pelas suas características peculiares, é uma atividade desportiva que promove os valores da igualdade, equidade e inclusão dos indivíduos, independentemente da sua categoria e condição, indo ao encontro dos valores do verdadeiro desporto para todos. Pelos valores que promove é tido como uma modalidade desportiva ímpar para a promoção da educação e dos valores éticos e de fair play desportivos.

A Federação deu continuidade às ações de sensibilização junto da comunidade dos seus agentes desportivos, dos alunos dos 1º, 2º, 3º ciclos e ensino secundário abrangendo os professores, técnicos e encarregados de educação, na medida em que considera que a educação para os valores não é possível sem a colaboração de todos.

As várias ações escolhidas, vão focar temas tais como

- a reflexão sobre a problemática da violência nas escolas e a importância em agir contra o bullying como forma eficaz de diminuir a violência entre estudantes na escola e na sociedade
- incidir sobre os valores éticos e de fair play que funcionam como guias ou princípios que regem a nossa atuação nas diferentes situações e contextos sociais, auxiliando os atletas a distinguir entre o certo e o errado antecipando comportamentos e atitudes incorretas na prática desportiva.

Em todas as ações o Corfebol será apresentado como uma boa prática que assenta nos valores do desporto tais como o respeito pelas regras e pelo adversário, árbitro ou juiz; o fair play; a tolerância; a amizade; a verdade; a aceitação do resultado; o reconhecimento da dignidade da pessoa humana; o saber ser e estar; a perseverança; a disciplina; a socialização; a cooperação; a honestidade; a responsabilidade; a humildade; a lealdade; a imparcialidade e a defesa da inclusão social.



O projeto Korf 4 Ética

O projeto destina-se à comunidade escolar do 2º e 3º ciclo, e ensino secundário, tirando partido das características do Corfebol, bem como das contribuições para a mobilidade, para o equilíbrio, atenção, lançamento de bola, muito procurado na atividade desportiva e experimental das crianças destas idades. Nas escolas incluídas permitirá abranger, desde a mais tenra idade, crianças que vão desde os 9 aos 15 anos de idade internalizando os valores de ética de cooperação, de inclusão e de fair play apanágio do Corfebol.

O projeto inclui o apetrechamento e os recursos humanos indispensáveis ao arranque do projeto, desde logo entendido, como um projeto a longo prazo que acompanhe as crianças na evolução, não só do seu crescimento, mas também do seu percurso escolar que é condição imprescindível para os efeitos duradouros na sua formação e preparação para a vida.

O ambiente desportivo em que se pratica Corfebol é da maior flexibilidade, quer na dimensão, quer no piso, requerendo um apetrechamento simples na base de postes amovíveis com uma base uma haste e um cesto; podendo dessa forma as organizações praticá-lo em pavilhão, em parque, na praia, dentro e fora de água o que favorece o são convívio e entretenimento dos jovens em particular.

O projeto “Korf 4 Ética” implementado em 2022, envolveu o Agrupamento de Escolas José Afonso, em Loures, abrangendo centenas de crianças, jovens e seus professores de todos os anos de ensino.

As limitações quer orçamentais quer de recursos humanos são um entrave no crescimento do projeto na medida em que o interesse por parte das Escolas tem vindo a aumentar significativamente e somente conseguimos abranger no projeto um máximo de 5 escolas, dado que uma das condições básicas passa pelo apetrechamento das escolas participantes com equipamento desportivo de Corfebol.

Cerimónia de entrega de prémios e galardões da época 2021-2022

Com o alto patrocínio da CM de Loures, na pessoa do seu Presidente Ricardo Leão, teve lugar no dia 5 de outubro, no auditório da Assembleia Municipal de Loures, a entrega de prémios diversos.

Estiveram presentes as mais altas individualidades do desporto, institucional e associativo tendo o Prémio de Personalidade do Ano sido entregue ao Presidente do Conselho Diretivo do IPDJ, Vítor Pataco.

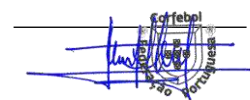
9 de março de 2023

A direção da FPC



Relatório Financeiro e Contas da Direção

A Direção



1 - Introdução

Nos termos da lei e dos estatutos, vem a Direção da Federação Portuguesa de Corfebol, com sede social em Avenida Norton de Matos 69 A, Lisboa, submeter à apreciação de V. Exas. o presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2022.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Federação Portuguesa de Corfebol, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

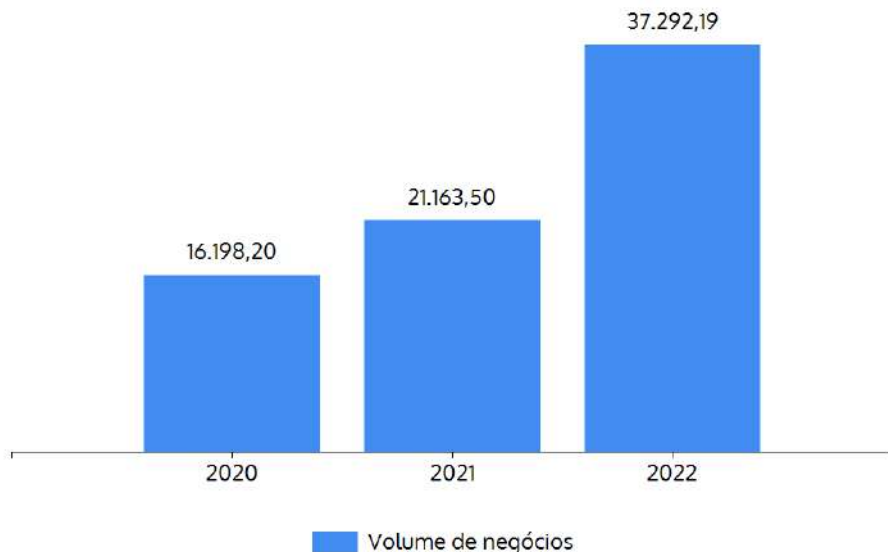
1.1 - Apresentação da Entidade

O Corfebol existe em Portugal desde 1982 e conta com cerca de 800 atletas federados. Conta agora com 42 clubes inscritos, havendo maior predominância de atletas na zona de Lisboa. Sendo o Corfebol Português reconhecido internacionalmente, as nossas seleções nacionais têm conseguidos excelentes resultados nas competições internacionais, em todos os escalões. Atualmente, os maiores clubes são Núcleo de Corfebol de Benfica, Clube Carnaxide Cultura e Desporto, Clube de Corfebol de Oeiras, Clube Recreativo e Cultural da Quinta dos Lombos, Clube Korfball de Lisboa, Grupo Desportivo dos Bons Dias e Clube Cultural e Recreativo do Alto do Moinho.

2 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

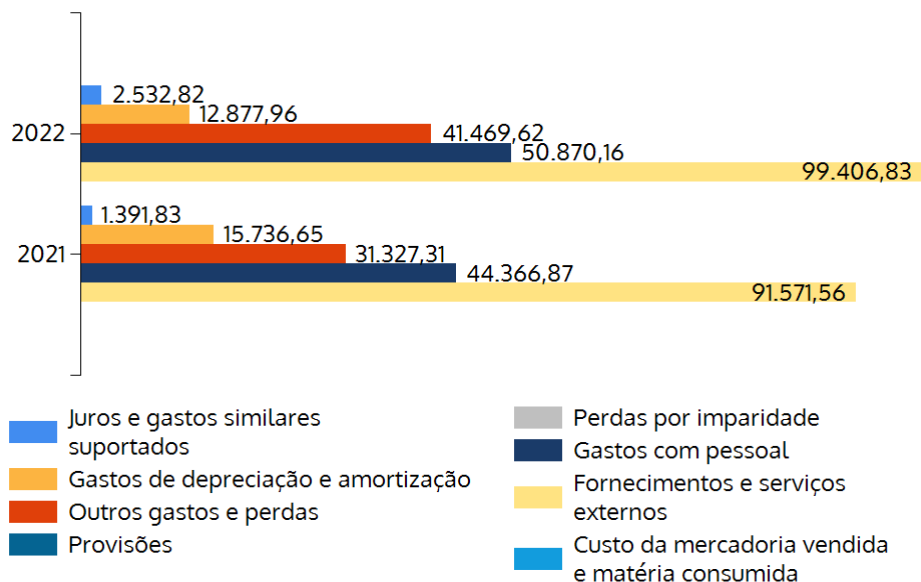
O ano de 2022 foi um ano de recuperação dentro das limitações existentes.

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:



Itens	PERÍODO	
	2021	2022
Prestação de Serviços	21.163,50	37.292,19
Outros Rendimentos	163.274,52	170.136,58

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

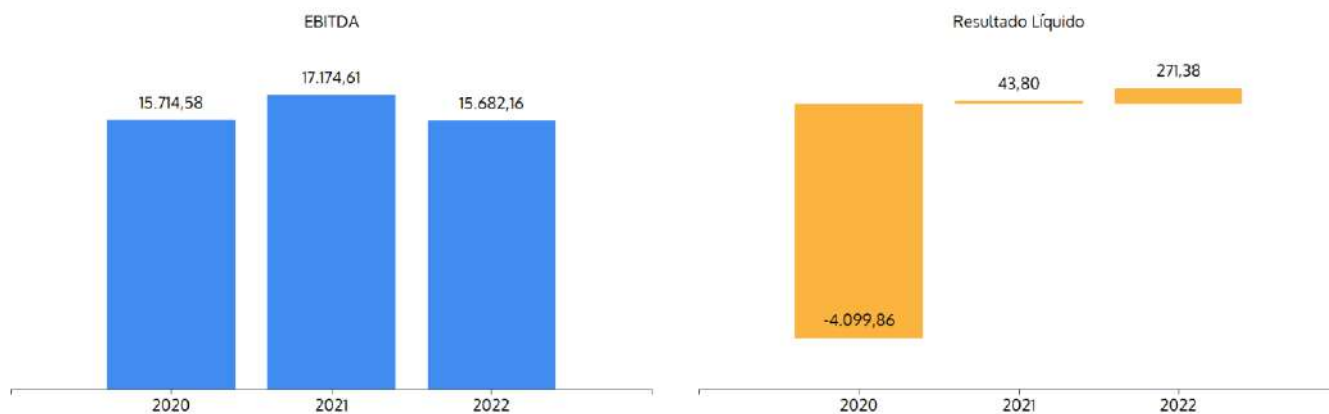


Itens	PERÍODO	
	2021	2022
Fornecimentos e serviços externos	0,50	0,48
Gastos com pessoal	0,24	0,25
Outros gastos e perdas	0,17	0,20
Gastos de depreciação e amortização	0,09	0,06
Juros e gastos similares suportados	0,01	0,01

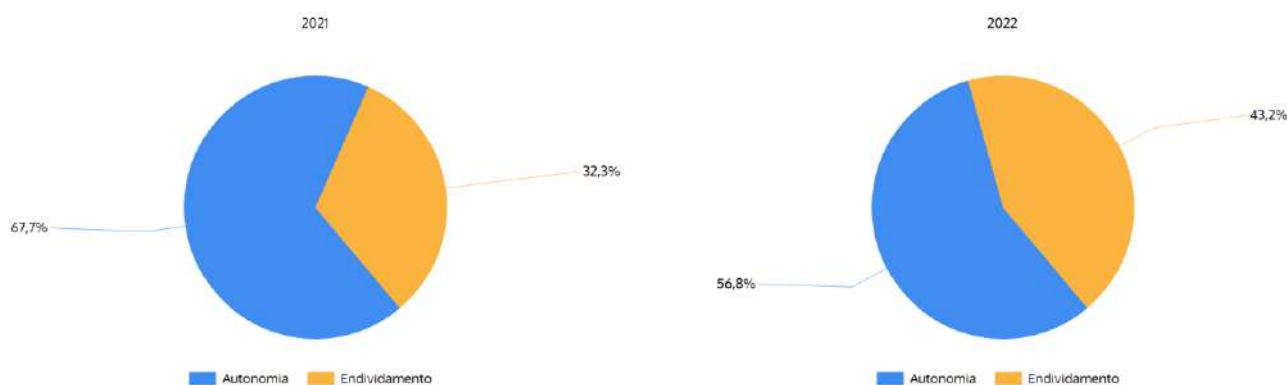
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos.

Itens	PERÍODO		
	2020	2021	2022
Gastos com Pessoal	40.582,31	44.366,87	50.870,16
Nº Médio de Pessoas	2,00	2,00	2,00
Gasto Médio por Pessoa	20.291,16	22.183,44	25.435,08

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



Indicadores Financeiros:

Itens	PERÍODO		
	2020	2021	2022
Autonomia	0,82	0,68	0,57
Solvabilidade	4,64	2,10	1,31
Liquidez Geral	0,78	0,48	0,52

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

Itens	PERÍODO		
	2020	2021	2022
Ativo não corrente	89.582,74	91.708,47	95.433,91
<i>Percentagem ativo não corrente</i>	<i>86,10%</i>	<i>84,51%</i>	<i>86,92%</i>
Ativo corrente	14.468,43	16.806,60	14.356,93
<i>Percentagem ativo corrente</i>	<i>13,91%</i>	<i>15,49%</i>	<i>13,08%</i>
Total ativo	104.051,17	108.515,07	109.790,84
Capital Próprio	85.598,74	73.516,98	62.362,15
<i>Percentagem Capital Próprio</i>	<i>82,27%</i>	<i>67,75%</i>	<i>56,80%</i>
Passivo não corrente			20.000,00
<i>Percentagem passivo não corrente</i>			<i>18,22%</i>
Passivo corrente	18.452,43	34.998,09	27.428,69
<i>Percentagem passivo corrente</i>	<i>17,73%</i>	<i>32,25%</i>	<i>24,98%</i>
Total Capital Próprio e Passivo	104.051,17	108.515,07	109.790,84

3 - Perspetivas Futuras para Próximo Exercício

A Federação espera em 2023, prosseguir com o trabalho desenvolvido em exercícios anteriores de forma a garantir a tendência ascendente desta modalidade desportiva e conseguir obter ainda melhores resultados.

4 - Considerações Finais

A Federação Portuguesa de Corfebol:

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2022.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pela Direção assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

5 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Federação Portuguesa de Corfebol no período económico findo em 31 de dezembro de 2022 realizou um resultado líquido de 271,38 euros, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

Itens	PERÍODO
	2022
Resultados Transitados	271,38
Total	271,38

6 - Agradecimentos

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Utentes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser da nossa atividade.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Federação Portuguesa de Corfebol.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.



Lisboa, 9 de março de 2023

A Direção

Direção



RUBRICAS	Notas	DATAS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	95.325,01	91.491,43
Outros créditos e ativos não correntes	8	108,90	217,04
		95.433,91	91.708,47
Ativo corrente			
Créditos a receber	8	5.026,64	3.783,55
Diferimentos	8		23,20
Caixa e depósitos bancários	11	9.330,29	12.999,85
		14.356,93	16.806,60
Total do ativo		109.790,84	108.515,07
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	8	9.259,18	9.259,18
Resultados transitados	8	-6.297,69	-6.141,65
Excedentes de revalorização	8	6.300,00	6.300,00
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	7;8	52.829,28	64.055,65
Resultado líquido do período		271,38	43,80
Total dos fundos patrimoniais		62.362,15	73.516,98
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	5;8	20.000,00	
		20.000,00	
Passivo corrente			
Fornecedores	8	1.181,92	5.764,50
Estado e outros entes públicos	10	1.715,20	1.582,30
Financiamentos obtidos	5;8	15.900,50	20.706,33
Outros passivos correntes	8;9	8.631,07	6.944,96
		27.428,69	34.998,09
Total do passivo		47.428,69	34.998,09
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		109.790,84	108.515,07

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODO	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	6	37.292,19	21.163,50
Subsídios, doações e legados à exploração	7	158.756,85	147.332,59
Fornecimentos e serviços externos	6	-99.406,83	-91.571,56
Gastos com o pessoal	9	-50.870,16	-44.366,87
Outros rendimentos	6	11.379,73	15.941,93
Outros gastos	6	-41.469,62	-31.324,98
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		15.682,16	17.174,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	-12.877,96	-15.736,65
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.804,20	1.437,96
Juros e gastos similares suportados	5	-2.532,82	-1.394,16
Resultado antes de impostos		271,38	43,80
Resultado líquido do período		271,38	43,80

RUBRICAS	Notas	PERÍODO	
		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais	—		
Recebimentos de clientes e utentes		36.772,99	21.163,50
Pagamentos a fornecedores		104.624,42	87.163,84
Pagamentos ao pessoal	9	50.737,30	44.041,18
<i>Caixa gerada pelas operações</i>		<u>-118.588,73</u>	<u>-110.041,52</u>
Outros recebimentos/pagamentos		119.061,06	120.783,86
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		472,33	10.742,34
Fluxos de caixa das atividades de investimento	—		
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	16.911,38	17.799,81
<i>Investimentos financeiros</i>		70,44	62,57
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4		61.608,80
<i>Investimentos financeiros</i>		178,58	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-16.803,24	43.746,42
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	—		
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	5	96.329,84	
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>	5	81.135,67	50.700,00
<i>Juros e gastos similares</i>	5	2.532,82	1.394,16
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		12.661,35	-52.094,16
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-3.669,56	2.394,60
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	12.999,85	10.605,25
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	9.330,29	12.999,85

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	6	9.259,18			-6.141,65	6.300,00	64.055,65	43,80	73.516,98		73.516,98
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-156,04		-11.226,37	-43,80	-11.426,21		-11.426,21
	7				-156,04		-11.226,37	-43,80	-11.426,21		-11.426,21
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							271,38	271,38		271,38
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							-11.154,83	-11.154,83		-11.154,83
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	10										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	6+7+8+10	9.259,18			-6.297,69	6.300,00	52.829,28	271,38	62.362,15		62.362,15

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	9.259,18			-2.041,79	6.300,00	76.181,21	-4.099,86	85.598,74		85.598,74
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					-4.099,86		-12.125,56	4.099,86	-12.125,56		-12.125,56
	2				-4.099,86		-12.125,56	4.099,86	-12.125,56		-12.125,56
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3							43,80	43,80		43,80
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3							-12.081,76	-12.081,76		-12.081,76
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	5										
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021	6=1+2+3+5	9.259,18			-6.141,65	6.300,00	64.055,65	43,80	73.516,98		73.516,98

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação da entidade: Federação Portuguesa de Corfebol, é uma entidade sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Federação Desportiva, reconhecida como uma instituição de Utilidade Pública Desportiva, conforme despacho publicado no Diário da República, nº 41/94, na 2ª série, nº 209 de 9 de setembro.

Número de identificação de pessoa coletiva: 502610298.

Lugar da sede social: Avenida Norton de Matos 69 A, Lisboa.

Endereço eletrónico: fpcorfebol@gmail.com

Página da internet: www.fpcorfebol.pt

Natureza da atividade:

A Federação Portuguesa de Corfebol, tem por objecto:

- Promover, incentivar, dirigir e regulamentar a prática do Corfebol no país;
- Estabelecer e manter relações com as colectividades suas filiadas;
- Estabelecer e manter relações com a Federação Internacional de Corfebol;
- Representar a modalidade dentro e fora do país;
- Representar perante a Administração Pública os interesses dos seus filiados;
- Organizar anualmente provas consideradas convenientes à expansão de desenvolvimento do Corfebol a nível nacional.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros, as notas não mencionadas não se aplicam à Federação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2022.

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL - Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março;

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Regime da periodização económica (acréscimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos

de gastos”.

Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2022 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

2.2 - Disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC- ESNL.

2.3 - Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As contas do balanço e da demonstração de resultados são comparáveis com as do exercício anterior.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1 - Principais políticas contabilísticas

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

A Entidade optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

Activos fixos tangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são efectuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Entidade considera que reflectem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	4-20 anos
Equipamento transporte	3-6 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos

Associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de associados que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Créditos a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objectiva de que a Entidade não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Fundos patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o Governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido e que a Entidade irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio.

Os subsídios que compensam a entidade pela aquisição de um activo são reconhecidos inicialmente no capital próprio e registados em resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Os subsídios que compensam a entidade por despesas incorridas são reconhecidos inicialmente como diferimento (passivo) e registados na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas.

Estado e outros entes públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 11 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) “os rendimentos directamente derivados do exercício de actividades culturais, recreativas e desportivas”:

Porém, de acordo com o n.º 2 do referido artigo, “só pode beneficiar associações legalmente constituídas para o exercício dessas actividades e desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- a) Em caso algum distribuam resultados e os membros dos seus órgãos sociais não tenham, por si ou interposta pessoa, algum interesse directo ou indirecto nos resultados de exploração das actividades prosseguidas;
- b) Disponham de contabilidade ou escrituração que abranja todas as suas actividades e a ponham à disposição dos serviços fiscais, designadamente para comprovação do referido na alínea anterior.”

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1 - Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

As bases de mensuração utilizadas dos activos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos.

Os ativos fixos tangíveis estão a ser depreciados à taxa máxima.

4.1.1 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL):

Descrição	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	TOTAL
Valor bruto no início	171.931,84	17.400,00	7.503,43	196.835,27
Depreciações acumuladas	81.620,38	17.400,00	6.323,46	105.343,84
Saldo no início do período	90.311,46	0,00	1.179,97	91.491,43
Variações do período	5.013,55	0,00	-1.179,97	3.833,58
Total de aumentos	16.294,27	0,00	617,11	16.911,38
Aquisições em primeira mão	16.294,27	0,00	617,11	16.911,38
Total diminuições	11.280,72	0,00	1.797,08	13.077,80
Depreciações do período	11.080,88	0,00	1.797,08	12.877,96
Outras diminuições	199,84	0,00	0,00	199,84
Saldo no fim do período	95.325,01	0,00	0,00	95.325,01
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>188.226,11</i>	<i>17.400,00</i>	<i>8.120,54</i>	<i>213.746,65</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>92.901,10</i>	<i>17.400,00</i>	<i>8.120,54</i>	<i>118.421,64</i>

Ativos fixos tangíveis - movimentos do período (ESNL) - Quadro Comparativo (2021):

Descrição	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	TOTAL
Valor bruto no início	155.432,00	17.400,00	6.203,46	179.035,46
Depreciações acumuladas	66.003,73	17.400,00	6.203,46	89.607,19
Saldo no início do período	89.428,27	0,00	0,00	89.428,27
Variações do período	883,19	0,00	1.179,97	2.063,16
Total de aumentos	16.499,84	0,00	1.299,97	17.799,81
Aquisições em primeira mão	16.499,84	0,00	1.299,97	17.799,81
Total diminuições	15.616,65	0,00	120,00	15.736,65
Depreciações do período	15.616,65	0,00	120,00	15.736,65
Saldo no fim do período	90.311,46	0,00	1.179,97	91.491,43
<i>Valor bruto no fim do período</i>	<i>171.931,84</i>	<i>17.400,00</i>	<i>7.503,43</i>	<i>196.835,27</i>
<i>Depreciações acumuladas no fim do período</i>	<i>81.620,38</i>	<i>17.400,00</i>	<i>6.323,46</i>	<i>105.343,84</i>

5 - Custos de empréstimos obtidos

5.1 - Custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período, de acordo com a respetiva natureza de ativos que se qualificam:

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período.

No ano de 2022 o gasto ocorrido com juros de financiamento foi de 2.254,34 euros.

5.2 - Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos capitalizados no período e respetiva taxa, bem como os reconhecidos em gastos:

Financiamentos obtidos - desagregação:

Descrição	Valor Corrente Empréstimo	Valor Não Corrente Empréstimo	Total custos anuais emp.obt.	Juros suportados anuais emp.obt.
Empréstimos genéricos	15.900,50	20.000,00	2.532,82	2.254,34
Instituições de crédito e sociedades financeiras	15.900,50	20.000,00	2.532,82	2.254,34
Total dos Empréstimos	15.900,50	20.000,00	2.532,82	2.254,34

5.3 - Outras divulgações

Juros - discriminação:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Juros e gastos similares suportados	2.532,82	1.391,83
Juros de financiamentos suportados	2.254,34	956,83
<i>Juros de empréstimos bancários</i>	2.254,34	956,83
Outros gastos e perdas financiamento (fin. obtidos)	278,48	435,00

6 - Rendimentos e gastos

6.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido quando os riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos são transferidos para o comprador, no caso da venda, e é reconhecido com referência à sua execução relativamente aos serviços prestados.

6.2 - Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Rédito - informação por naturezas:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	37.292,19	21.163,50
Outros réditos	170.136,58	163.274,52
Total	207.428,77	184.438,02

A rubrica de outros réditos divide-se da seguinte forma:

Subsídios, doações e legados à exploração - 158.756,85 euros

Outros rendimentos - 11.379,73 euros

6.3 - Outros Rendimentos

A rubrica de outros rendimentos é composta de acordo com o quadro abaixo:

Itens	PERÍODO		
	2020	2021	2022
Outros Rendimentos	14.093,11	15.941,93	11.379,73
Correções Relativas a Exercícios Anteriores		3.740,00	
Imputação de Subsídios para Investimentos	14.093,11	12.125,56	11.226,37
Outros		76,37	153,36

6.4 - Outros Gastos

A rubrica de outros gastos é composta de acordo com o quadro abaixo:

Itens	PERÍODO		
	2020	2021	2022
Outros Gastos	40.209,85	31.327,31	41.469,62
Impostos	666,63	697,89	525,27
Correções de Exercícios Anteriores			
Donativos		50,00	
Quotizações	585,00	475,00	285,00
Outros	38.958,22	30.102,09	40.659,35
Outros Gastos de Financiamentos		2,33	

Os valores mais significativos representados na rubrica "outros" respeita a gastos específicos da atividade desportiva, nomeadamente fees internacionais para inscrição em campeonatos, seguros desportivos, troféus entre outros.

6.5 - Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e Serviços Externos - Detalhe:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Serviços especializados	30.416,03	44.062,84
Trabalhos especializados	4.297,02	13.794,97
Publicidade e propaganda	0,01	3.513,51
Vigilância e segurança	675,96	562,80
Honorários	22.339,06	25.337,39
Conservação e reparação	2.036,73	670,49
Outros	1.067,25	183,68
Materiais	1.852,87	6.348,40
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	127,98	723,57
Livros e documentação técnica	0,00	3.121,74
Material de escritório	1.449,00	2.199,72
Artigos para oferta	32,99	0,00
Outros	242,90	303,37
Energia e fluidos	5.614,36	3.650,25
Eletricidade	920,42	760,76
Combustíveis	4.179,84	2.435,37
Água	514,10	454,12
Deslocações, estadas e transportes	50.015,72	25.548,07
Deslocações e estadas	44.869,80	21.608,95
Transportes de pessoal	15,87	0,00
Transportes de mercadorias	258,30	0,00
Outros	4.871,75	3.939,12
Serviços diversos	11.507,85	11.962,00
Rendas e alugueres	7.573,95	7.939,95
Comunicação	3.108,44	2.734,60
Seguros	295,01	539,17
Contencioso e notariado	30,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	481,97	748,28
Outros serviços	18,48	0,00
Total	99.406,83	91.571,56

7 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

7.1 - Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Os subsídios do Governo são reconhecidos após existir segurança de que a Entidade cumprirá as condições a eles associadas e que os subsídios serão recebidos.

Em termos de contabilização:

Os subsídios do Governo relacionados com resultados são registados como rendimentos caso os gastos já estejam incorridos, ou a rendimentos diferidos na proporção dos gastos a incorrer.

Subsídios - informações detalhadas:

Descrição	Do Estado - Valor Atrib. Per. Ant.	Do Estado - Valor Atribuído Período	Do Estado - Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	0,00	0,00	11.226,37
Para ativos fixos tangíveis	0,00	0,00	11.226,37
Equipamento básico	0,00	0,00	11.226,37
Subsídios à exploração	140.881,00	158.756,85	158.756,85
Valor dos reembolsos efetuados no período	140.881,00	158.756,85	169.983,22
De subsídios ao investimento	0,00	0,00	11.226,37
De subsídios à exploração	140.881,00	158.756,85	158.756,85

Os subsídios foram atribuídos à Federação da seguinte forma:

Instituto Português do Desporto e Juventude:

IPDJ - Desenvolvimento da prática desportiva – 113.000,00 euros

IPDJ - C.P. Formação RH - 10.000,00 euros

IPDJ- Desporto para todos - 14.000,00 euros

INR – Desporto para todos – 13.500,00 euros

COP – Comité Olímpico Portugal – 5.940,72 euros

Outros – 2.316,13 euros

Para o cumprimento da Norma Contabilística o valor do subsídio alocado à aquisição destes bens foi diferido com base no critério das depreciações.

A aplicação da norma originou um subsídio ao investimento nas demonstrações financeiras no montante de 11.226,37 euros e um total em fundos patrimoniais de 47.829,28 euros.

Estes equipamentos encontram-se a ser depreciados à taxa máxima, sendo o subsídio reconhecido em resultados na mesma proporção.

O registo deste subsídio encontra-se consagrado na NCRF - ESNL 14.

7.2 - Donativos

Os donativos atribuídos à Federação ascenderam a 5.181,27 euros.

8 - Instrumentos financeiros

8.1 - Base de mensuração e políticas contabilísticas adotadas na contabilização de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros detidos pela Entidade encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

8.2 - Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

A variação ocorrida, nos anos de 2021 e 2022, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais.

Capital próprio - movimentos do período:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	9.259,18	0,00	0,00	9.259,18
Resultados transitados	-6.141,65	0,00	-156,04	-6.297,69
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis	6.300,00	0,00	0,00	6.300,00
Outros excedentes	6.300,00	0,00	0,00	6.300,00
Outras variações nos capitais próprios	64.055,65	11.226,37	0,00	52.829,28
Subsídios	59.055,65	11.226,37	0,00	47.829,28
Outras variações	5.000,00	0,00	0,00	5.000,00
Total	73.473,18	11.226,37	-156,04	62.090,77

8.3 - Resumo das categorias (naturezas) de ativos e passivos financeiros, perdas por imparidade, rendimentos e gastos associados, conforme quadro seguinte:

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

Descrição	Mensurados ao custo
Ativos financeiros:	5.026,64
Cientes e utentes	520,00
Outras contas a receber	4.506,64
Passivos financeiros:	9.812,99
Fornecedores	1.181,92
Financiamentos obtidos	35.900,50
Outras contas a pagar	8.631,07
Ganhos e perdas líquidos:	-278,48
De passivos financeiros	-278,48
Rendimentos e gastos de juros:	-2.254,34
De passivos financeiros	-2.254,34

Instrumentos financeiros por modelo mensuração - discriminação (ESNL):

9 - Benefícios dos empregados

9.1 - Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Em 31 dezembro de 2022 a federação tinha 2 colaborador.

Pessoal - benefícios:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	50.870,16	44.366,87
Remunerações do pessoal	43.083,69	36.798,49
Encargos sobre as remunerações	7.232,89	6.827,31
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	553,58	496,37
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	0,00	244,70

Não existem dívidas para com o colaborador.

10 - Impostos e contribuições

10.1 - Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

A rubrica do Estado e Outros Entes Públicos está conforme quadro em anexo.

Estado e Outros Entes Públicos:

Descrição	Saldo Credor	Saldo Credor Período Anterior
Retenção de impostos sobre rendimentos	892,69	735,86
Contribuições para a Segurança Social	822,51	846,44
Total	1.715,20	1.582,30

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, sendo de cinco anos para a Segurança Social. Deste modo, as declarações fiscais da Federação dos anos de 2019 a 2022 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Direção da Federação entende que as correções resultantes de revisões/inspeções, por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

Nos termos do artigo 88.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Federação encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

11 - Fluxos de caixa

11.1 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Caixa e equivalentes - desagregação:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Depósitos à ordem	12.999,85	282.892,23	286.561,79	9.330,29
Total	12.999,85	282.892,23	286.561,79	9.330,29

11.2 - Comentário da direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem saldos indisponíveis para uso.

12 - Outras divulgações**12.1 - Autorização para emissão**

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou;

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório da direção

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Os associados detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

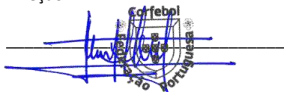
Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

12.2 - Gastos da atividade

Nome / Descrição	Valor
Organização e gestão da federação	52.206,57
Desenvolvimento da prática desportiva	54.663,32
Seleções nacionais e alto rendimento	63.810,62
Desporto para todos	28.757,14
Gastos formação	11.136,05

Assinado por: **DAVID PEREIRA SANTIAGO**
Num. de Identificação: 11529687
Data: 2023.03.24 11:12:49+00'00'

Direção



Contabilista Certificado Nº 73998



ERRATA

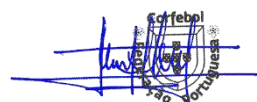
Corrigem-se os dois dados seguintes do Relatório de Atividade 2023 constante no Relatório de Atividade e Contas 2022, inicialmente distribuído aos Delegados:

1. Página sete, último parágrafo:

Onde se lê: “O Campeonato Europeu de Corfebol Sub-15 de 2022, teve lugar em Skalka pri Kremnici, na Eslováquia, de 15 a 16 de julho de 2022. A comitiva que participou com duas equipas no torneio, sagrou-se 5º classificado.” deve ler-se “... 4º classificado.”

2. Página dez, décima linha:

Onde se lê: “Inscreveram-se 28 equipas ...” deve ler-se “Inscreveram-se 39 equipas ...”





RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

No cumprimento do estipulado no artigo numero 20 dos estatutos e respectivos regulamentos, vem o Fiscal Único submeter o seu Parecer sobre os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2022.

Acompanhámos com regularidade a actividade da **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CORFEBOL**, tendo recebido todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

No cumprimento da nossa acção fiscalizadora, de acordo com a Lei de bases para o desporto, examinámos as contas da **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CORFEBOL**, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2022, as Demonstrações de Resultados por natureza, Demonstração dos fluxos de caixa e respectivos anexos documentos estes que foram preparados a partir dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte mantidos em conformidade com os preceitos legais.

As contas foram examinadas pelo Revisor Oficial de Contas, que nos termos estatutários, integra o Conselho Fiscal, tendo emitido a respectiva Certificação Legal de Contas, que mereceu o nosso acordo e que deve ser considerado como parte integrante deste Relatório.

Tomámos conhecimento do Relatório da Direcção, que espelha as actividades desenvolvidas pela **FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CORFEBOL**, e da proposta de aplicação de resultados nela contida, a qual respeita as disposições previstas na Lei.



Neste termos, somos de parecer que se aprovelem os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2022.

Lisboa, 10 de março de 2023

O FISCAL ÚNICO

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 181)
representada por:

Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC n.º 929)
Registado na CMVM com o n.º 20160546



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Federação Portuguesa de Corfebol, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total ativos de 109.791 euros e um total de fundos patrimoniais de 62.362 euros, incluindo um resultado líquido de 271 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades da direção pelas demonstrações financeiras

A direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório da direção nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e



- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela direção de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pela direção, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para





Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
e

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Somos de parecer que o relatório da direção foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 10 de março de 2023

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 181)
representada por:



Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC n.º 929)
Registado na CMVM com o n.º 20160546